

HÁ PROVA DO RÉU TER AGIDO MEDIANTE VIOLENCIA OU GRAVE AMEAÇA À SUPOSTA AUSÊNCIA DE CONSENTIMENTO. 4. NÃO SE PODE ATRAVÉS DE MERAS SUPOSIÇÕES IMPOR DECRETO CONDENATÓRIO, O QUAL DEVE ESTAR FUNDAMENTADO EM PROVA SÓLIDA E CONSISTENTE. 4.1 É DIZER AINDA: "SE O JUIZ NÃO POSSUI PROVAS SÓLIDAS PARA A FORMAÇÃO DO SEU CONVENCIMENTO, SEM PODER INDICÁ-LAS NA FUNDAMENTAÇÃO DA SUA SENTENÇA, O MELHOR CAMINHO É A ABSOLVIÇÃO" (IN CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO, GUILHERME DE SOUZA NUCCI, 8ª EDIÇÃO, 2008). 4.2 OU TAMBÉM: "O DIREITO PENAL NÃO OPERA EM CONJECTURAS; SEM A CERTEZA TOTAL DA AUTORIA E DA CULPABILIDADE NÃO PODE O JUIZ CRIMINAL PROFERIR CONDENAÇÃO". 5. SENTENÇA REFORMADA PARA O FIM DE SE ABSOLVER O RÉU POR AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTE PARA A CONDENAÇÃO. (TJ-DF - APR: 95952020068070009 DF 0009595-20.2006.807.0009, Relator: JOÃO EGMONT, Data de Julgamento: 18/11/2010, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 23/11/2010, DJ-e Pág. 241)

No item anterior restou cabalmente demonstrado que a vítima é mentirosa, uma vez que, repete-se à exaustão, as lesões apresentadas por ela destoam, são conflitantes, com a narrativa de ter sido agredida por horas a fio. Sendo assim, a palavra de [REDACTED] não merece credibilidade da justiça maior do que a palavra de [REDACTED] mormente porque a narrativa dos fatos feita por ele é muito mais verossímil do que a narrativa da suposta vítima, motivo pelo qual, *in casu*, a palavra do ora defendido deve ter o peso superior ao da vítima. Até porque a versão apresentada pelo réu "não é uma estória fantasiosa a ponto de desafiar a inteligência de um homem médio", como fantasiosa foi a história de [REDACTED]

5.0 DAS TESES DEFENSIVAS.

Restou demonstrado no item anterior que a vítima mentiu. As provas materiais colhidas nos autos desmentiram [REDACTED] uma vez que o

